

**22. CONCURSO PÚBLICO N. CPE.4.17.DACPGP –
CONTRATAÇÃO DE EMPREITADA DE “REQUALIFICAÇÃO DO
EIXO DESPORTIVO DA RODOVIA”:**

Submete-se para ratificação a decisão do Sr. Presidente da Câmara de 3 de julho de 2017, segundo a qual aprovou o relatório final e aprovação da minuta do contrato relativamente ao concurso público em epígrafe.

DELIBERAÇÃO:

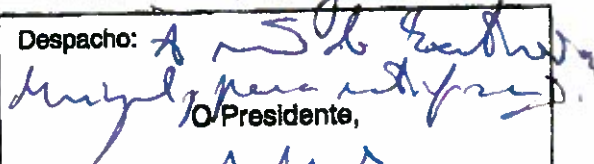

Remeta-se ao Sr. Presidente.

A Diretora da DMOSM,


(Alzira Torres)

2017/07/03

Despacho:


O Presidente,

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)
18-07-13

Concurso Público: CPE.4.17.DACPGP

Contratação: empreitada de "REQUALIFICAÇÃO DO EIXO DESPORTIVO DA RODOVIA".

Preço base (Pb): €2.925.853,48 (sem IVA).

Prazo máximo de execução da empreitada: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias de calendário.

RELATÓRIO FINAL

Reunião efetuada em 03/07/2017, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, alterado pela Lei n.º 59/2008 de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009 de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010 de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010 de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 149/2012 de 12 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015 de 02 de outubro, destinada à elaboração do relatório final, no âmbito do procedimento acima referenciado, cujo anúncio (n.º 2164/2017), foi publicado no Diário da República, Parte L, II série, Número 55, de 17 de março de 2017, com o objetivo de ponderar as observações dos concorrentes em sede de audiência prévia, confirmar ou não, a ordenação final das propostas constantes do relatório preliminar e, finalmente, propor a adjudicação e as formalidades legais dela decorrentes, tendo sido o júri do

Página 1 de 4

procedimento, nomeado por despacho de 16/03/2017, exarado na proposta de escolha e início de procedimento n.º CPE4.17.DACPGP, cuja composição é a seguinte:

- Presidente do júri: Eng.ª Alzira Torres;
- Vogal: Eng.º Manuel Dantas;
- Vogal: arqt.º Nuno Azevedo;
- Vogal: Eng.ª Paula Cristina Monteiro Alvares Pereira;
- Vogal: Téc.ª Valéria de Araújo Borges;
- Vogal suplente: Eng.º Gaspar Silva;
- Vogal suplente: Eng.º Francisco Marques.

I – AUDIÊNCIA PRÉVIA E ORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS

Em cumprimento do disposto no artigo 147.º do CCP, o júri enviou a todos os concorrentes o relatório preliminar, tendo fixado o prazo de cinco dias úteis para se pronunciarem por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia.

O resultado deste procedimento foi o seguinte:

- Os concorrentes não apresentaram quaisquer reclamações.

Face ao que foi referido anteriormente o júri deliberou não alterar o teor e as conclusões do relatório preliminar, exceto no que se refere ao critério de adjudicação, que por lapso foi mencionado o critério do mais baixo preço, quando de facto o critério da adjudicação adotado foi o da proposta economicamente mais vantajosa, mantendo a seguinte ordenação das propostas:

- **1.º Lugar: DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, S.A.**
- **Valor da proposta: €2.924.565,52**

II – ADJUDICAÇÃO E FORMALIDADES COMPLEMENTARES

- Para apresentar os documentos de habilitação exigidos no prazo fixado e nos termos do artigo 81.º do CCP;
- Para prestar caução.

1.1 – O prazo de execução do serviço é de 270 dias.

2 – CAUÇÃO

Face ao valor da adjudicação, é exigida a prestação de uma caução correspondente a 5% do preço contratual.

O modo de prestação da caução é o referido no Programa do Concurso.

Em alternativa à prestação da caução, poderá o adjudicatário, de acordo com o previsto no Programa do Concurso, apresentar um seguro da execução do contrato a celebrar, emitido por entidade seguradora, que cubra o respetivo preço contratual, ou declaração de assunção de responsabilidade solidária com o adjudicatário, pelo mesmo montante, emitida por entidade bancária, desde que essa entidade apresente documento comprovativo de que possui sede ou sucursal em Estado membro da União Europeia, emitido pela entidade que nesse Estado exerça a supervisão seguradora ou bancária, respetivamente.

3 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP, o prazo para apresentação dos documentos de habilitação foi fixado no artigo 9.º do Programa do Concurso.

4 – CONTRATO ESCRITO

4.1 – Minuta do contrato

Sendo exigida a caução, a minuta do contrato só pode ser aprovada depois de comprovada a sua prestação.

5 – NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO

Face ao que antecede, e se as propostas aqui formuladas mereceram a aprovação superior, proceder-se-á, nos termos do n.º1 do artigo 77.º do CCP, ao envio da notificação da adjudicação ao adjudicatário e, em simultâneo, aos restantes concorrentes, a qual será acompanhada do "Relatório Final".

Nos termos do n.º 2 do artigo 77.º do CCP, o adjudicatário será igualmente notificado:



- Para apresentar os documentos de habilitação exigidos no prazo fixado e nos termos do artigo 81.º do CCP;
- Para prestar caução.

O Júri do Procedimento

.....


(Eng.ª Alzira Torres)

.....


(Eng.º Manuel Dantas)

.....


(Arq.º Mário Azevedo)

.....


(Eng.º Gaspar Silva)

.....


(Tec.ª Valéria Borges)

Em anexo:

- Processo Integral do procedimento.